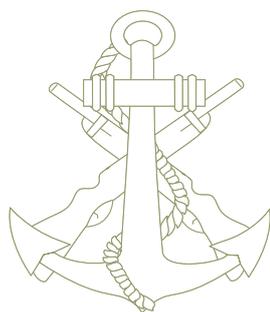


foram submetidas a situações não previstas foram substituídas ou aprimoradas, sendo as etapas da construção desenvolvidas segundo um intenso esforço logístico, envolvendo diversas Organizações Militares da Marinha e Instituições de pesquisas.

Essa nova Estação Científica do ASPSP continua, como vinha acontecendo com a primeira, sendo guarnecida por um grupo de quatro pesquisadores, vinculados a universidades espalhadas por todo o território nacional, que se revezam em expedições científicas com duração de quinze dias, possibilitando a realização contínua e sistemática de pesquisas em diversas áreas científicas, como: Meteorologia, Geologia e Geofísica Marinha, Oceanografia, Biologia, Engenharia de Pesca, entre outras.

Além dos benefícios proporcionados à área científica, a ocupação permanente e ininterrupta do ASPSP já legitimou ao país o direito de exclusividade sobre o incalculável patrimônio, ainda intocado, que se esconde na gigantesca ZEE e na plataforma continental adjacente ao redor do arquipélago, equivalente a uma área aproximada de 450.000 km².

Uma vez vencido o desafio de promover a habitação contínua no ASPSP, torna-se irrefutável, portanto, a importância de manter a bandeira nacional tremulando ininterruptamente naquela região, independente de qualquer óbice que se apresente porventura, haja vista a magnitude dos impactos positivos que essa empreitada produz.



CC (FN) Carlos Eduardo Gonçalves da Silva Maia
g.maia@ciasc.mar.mil.br

O emprego de Fuzileiros Navais nos Grupos de Visita e Inspeção/ Guarnição de Presa e Grupo de Resposta a Ameaças Assimétricas



“A visão projetada para o CFN nos próximos vinte anos, como não poderia deixar de ser, apontou para a importância de nossa Amazônia Azul. Contribuir para a **proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras** passará a ser a principal tarefa do CFN.”

“Para tanto o CFN, nas próximas décadas, deverá intensificar seu contato com o mar. Esse é o vetor que nesta próxima singradura deverá orientar, adequar e condicionar seu emprego às demandas apontadas pela END.”

O patrimônio brasileiro no mar!

As afirmativas anteriores extraídas da Revista *O Anfíbio*, edição extra de 2010 – A próxima Singradura, apontam para o caminho a ser trilhado pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) nos próximos 20 anos. Com suas características indelévels de prontidão operativa e capacidade expedicionária, o CFN confere ao Poder Naval brasileiro credibilidade ao exercício de sua presença. Para tal, sendo parte intrínseca e indissociável deste Poder Naval, o CFN vem intensificando seu contato com o mar, por meio do embarque de seus militares nos navios de nossa Marinha. Uma vez a bordo, nossos valorosos fuzileiros navais contribuem significativamente para o incremento do poder de combate dos navios, que passam a contar com uma tropa permanentemente adestrada.

Atualmente, devido à crescente demanda de combate às novas ameaças, ao contrabando, além do descaminho e as ações envolvendo a proteção da Amazônia Azul, a ati-

vidade de Patrulha Naval e, conseqüentemente, o emprego dos Grupos de Visita e Inspeção/ Guarnição de Presa (GVI/GP) cresceu de importância. Sendo assim, o governo federal sancionou a Lei Complementar 136/2010, a qual garantiu poder de polícia à Marinha do Brasil nos casos de crimes transfronteiriços e ambientais. A partir de então, a Ação de Visita e Inspeção (AVI) tornou-se atividade de caráter militar, sendo que todo crime praticado contra militares em atividade dessa natureza, passou a ser tipificado como crime militar. Com isso, faz-se necessário o desenvolvimento de uma doutrina específica para o emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) no apoio às ações de Patrulha Naval, particularmente na composição dos GVI/GP, projetando destacamentos de Fuzileiros Navais para atuarem embarcados em navios-patrolha e outros navios isolados em viagem pelo interior da Amazônia Azul e pelo exterior. Cabe, ainda, o desenvolvimento da doutrina de emprego de Fuzileiros Navais em apoio à segurança de navios quando expostos a ameaças assimétricas por ocasião do suspender, atracar e quando navegando em águas restritas, organizando os Grupos de Resposta a Ameaças Assimétricas (GRAA).

Neste sentido, a Escola de Operações de Paz de Caráter Naval do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), por meio de suas Equipes Móveis de Instrução, vem conduzindo instruções específicas acerca da composição e do emprego dos GVI/GP.

Vale ressaltar que todo o conteúdo disseminado nas instruções advém do contido no CAAML-1142¹, doutrina e referência sobre o assunto na Marinha do Brasil. As Equipes Móveis de Instrução (MOVIN) têm duração de 05 dias e abordam os seguintes assuntos, entre outros: A Atividade de Patrulha Naval; Noções de Direito Internacional Marítimo; Composição de um GVI / GP e seu material; Abordagem, Inspeção, Desembarque e/ou apresamento de um Contato de Interesse; Deslocamento armado em dupla; Técnicas de inspeção de compartimentos e contêineres; Técnicas de controle da tripulação.

No corrente ano, buscando-se uniformidade de procedimentos na disseminação da doutrina de Patrulha Naval, militares do CIASC cursaram o C-Esp-PATNAV (Curso Especial de Patrulha Naval) no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML). Participaram, também, de um ciclo de adestra-



Figuras 1 e 2: MOVIN GVI/GP na CiaPolTrRef.
Fonte: o autor, 2011.

¹ Manual que versa sobre o Grupo de Visita e Inspeção e Guarnição de Presa.

mento com militares da *US Cost Guard*, no Complexo do Mocanguê, onde foi conduzido o curso *Advanced Boarding Officer*.

Outra atividade de extrema relevância que promoveu o debate acerca do emprego de fuzileiros navais nos GVI/GP e GRAA, na busca da uniformidade de procedimentos, foi a Jornada de GVI/GP e GRAA, realizada no CIASC em 21 de outubro de 2011.

Como palestrantes, foram convidados oficiais pertencentes às Divisões de Patrulha Naval e de Guerra Acima D'água do CAAML. A audiência contou com militares de diversas Organizações Militares afetas à atividade de Patrulha Naval, tais como: Comando do 1º Distrito Naval, Força de Fuzileiros da Esquadra, Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro e Companhia de Polícia da Tropa de Reforço.

Como principal conclusão, destacou-se a importância histórica de se ter embarcado, nos navios da Marinha do Brasil, tropas de fuzileiros navais. O embarque de fuzileiros proporciona vantagens, como, por exemplo: o aumento do poder de combate do navio; a cooperação de uma tropa com alto grau de prontidão, contribuindo significativamente para o adestramento contínuo do navio; além da facilidade no guarnecimento por pessoal especializado, aliviando a tripulação do navio que estaria envolvida em diversas fainas. Como limitações, destacaram-se: a escassez de espaço a bordo para acomodações e a falta de familiarização com o navio, dado que os fuzileiros navais que compõem esses grupos não fazem parte da tripulação



Figura 3: C-Esp-PATNAV.
Fonte: o autor, 2011.



Figura 4: Palestras e debates na Jornada de GVI/GP e GRAA.
Fonte: o autor, 2011.

efetivamente. Por fim, foi proposta uma revisão do que é preconizado no CAAML-1142, no tocante à composição dos GVI-A e GP-A.

Doutrinariamente, só há previsibilidade do emprego de fuzileiros navais no GVI-B, ou seja, nos navios de 3ª e 4ª classes. Em regra, este embarque é observado nos Distritos Navais fora de sede. Consiste em um grupo de 06 militares com a tarefa de realizar a Ação de Visita e Inspeção. Caso esse grupo necessite de reforço, é solicitada, ao Navio de Abordagem, a atuação da Guarnição de Presa, que consiste em um grupo de 04 militares. Nos navios de 1ª e 2ª classes, observa-se o GVI-A com 10 militares e a GP-A com outros 10. Basicamente, a inserção de fuzileiros navais seria nos subgrupos ALFA DOIS do GVI-A e PAPA DOIS da GP-A que possuem a tarefa de controlar a tripulação e passageiros do Contato de Interesse.

SUBGRUPO	COMPOSIÇÃO	TAREFAS
Alfa Uno (A-1)	OA e Inspetor 1	Verificar a documentação e controlar a estação da manobra.
*Alfa Dois (A-2)	Ajudante do AO, Inspetores 2, 3 e 4	Controlar a tripulação e passageiros.
Alfa Três (A-3)	Líder do GVI e Inspetor 5	Inspeccionar os compartimentos internos e praças de máquinas.
Alfa Quatro (A-4)	Inspetores 6 e 7	Inspeccionar a carga.
Alfa Cinco (A-5) (eventual)	Inspetores 3 e 4	Prestar apoio para outro grupo que esteja em local afastado e necessitando de ajuda imediata.

Tabela 1: Proposta de guarnecimento no GVI-A por militares do CFN.
Fonte: CAAML-1142.

SUBGRUPO	COMPOSIÇÃO	TAREFAS
Papa Uno (P-1)	Líder da GP e Reforço 1	Auxiliar no controle da estação da manobra.
*Papa Dois (P-2)	Reforços 2, 3, 4 e 5	Auxiliar no controle da tripulação e passageiros.
Papa Três (P-3)	Reforços 6, 7, 8 e 9	Auxiliar na inspeção dos compartimentos internos, das praças de máquinas e da carga.

Tabela 2: Proposta de guarnecimento na GP-A por militares do Corpo de Fuzileiros.
Fonte: CAAML-1142.

Há, ainda, a tendência em se pensar que a GP poderia ser formada exclusivamente por militares fuzileiros navais, já que, por definição, a mesma é acionada para reforçar o GVI quando os riscos à segurança recomendarem seu emprego. Contudo, vale ressaltar que nem sempre este risco estará relacionado à integridade física dos militares do GVI. Há ocasiões em que a embarcação é apresada sem resistência dos tripulantes, mas, por se encontrar muito afastada da costa, é solicitado o embarque da GP, no intuito de reforçar a escala de serviço no controle dos tripulantes, na manobra e na máquina da embarcação apresada. Neste caso, seria imperativa a participação de militares do Corpo da Armada.

No tocante à composição do GRAA, destacou-se o fato de que o CAAML ainda não possui nenhum procedimento

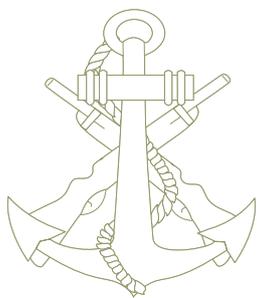
para qualificação das tripulações dos navios no referido assunto, por conta da ausência de uma doutrina consolidada. Foi ressaltado que o Procedimento Operativo nº 0504 ainda não está aprovado. Contudo, como é o único documento que norteia o assunto no âmbito da Marinha do Brasil, está sendo seguido pelos navios da Esquadra, realizando-se adaptações para cada classe de navio. Concluiu-se que o grande laboratório relacionado às tarefas do GRAA é a participação da Fragata União na *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL). Somente após o término da referida comissão, com a coleta de informações a respeito do emprego do GRAA, serão obtidos elementos suficientes para a consolidação da doutrina. O CIASC, por meio da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval, sugeriu, até a consolidação da doutrina de emprego de GRAA, que militares do CFN pudessem contribuir compondo o GRAA, particularmente nas funções que atuam no manejo das Mtr. 50. Além disso, será incluída uma apresentação sobre Ameaças Assimétricas nas MOVIN de GVI/GP, de modo a familiarizar os instruídos com o assunto.

Por fim, foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho, composto por oficiais do Corpo da Armada e do CFN, no intuito de revisar a publicação CAAML-1142 ou criar uma COMOPNAVINST em substituição à primeira. Dentre as principais alterações, constaria a inserção de militares fuzileiros navais na composição do GVI-A e da GP-A, a citação sobre a existência das MOVIN conduzidas pela Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOPazNav) e a formulação de uma doutrina específica para o guarnecimento do GRAA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Considerações doutrinárias: a próxima Singradura. *O Anfíbio*, Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, ano XXIX, edição extra, 2010.

_____. _____. Centro de Instrução Marques de Leão. **CAAML-1142**: Grupo de Visita e Inspeção e Guarnição de Presa. Rio de Janeiro, 2007.



CC (FN) Luís Renato Joras de Oliveira
renatojoras@gmail.com

A Opinião Pública como um dos fatores de decisão nos Conflitos Modernos

As operações militares, em todas as suas fases de planejamento e execução, são norteadas pelos fatores de decisão: missão, inimigo, terreno, meios e tempo disponível. Além desses, tem sido observada a influência, cada vez maior, da Opinião Pública no desenrolar de todas as atividades e acontecimentos do dia a dia, particularmente nos conflitos modernos. Com a evolução dos meios de comunicação e transmissão de informações, as consequências das ações militares em um campo de batalha repercutem muito além das fronteiras de um Teatro de Operações (TO). Napoleão Bonaparte, há dois séculos, teria dito que a opinião pública seria uma potência invisível, a quem ninguém resistiria. Nada seria mais móvel, mais vago e mais forte. Já naquela época, ele conseguia identificar o peso deste fator em suas decisões, sendo ele próprio proprietário de um jornal. Muitas decisões militares, desde então, foram diretamente afetadas pela influência da opinião pública, com destaque para as guerras do Vietnã, das Malvinas, do Golfo, do Iraque, do Afeganistão e para a própria busca por Osama Bin Laden durante 10 anos.



Figura 1: Além das Torres Gêmeas, a opinião pública mundial foi severamente atingida em 11 de setembro de 2001.

Fonte: *Time*, 2001.

O século XXI, no começo de sua segunda década, consolida-se como o século da informação. O ritmo da transmissão de conhecimento segue a uma velocidade absurda, motivado pela facilidade, cada vez maior, de acesso aos meios de comunicação tradicionais como jornais, rádios e televisão, aliados a um novo poder, conferido pela *internet* e suas redes sociais, além da telefonia celular. Acontecimentos que ocorrem no outro lado do mundo chegam ao nosso conhecimento quase que instantaneamente, seja por meio da mídia tradicional seja pela disseminação informal, com o uso das mídias sociais, reforçando o conceito *just in time* no campo das informações. Algumas tendências mundiais são postas em discussão constantemente

na mídia e já estão presentes no imaginário das pessoas, de forma consciente ou não, tais como: direitos humanos e das crianças, proteção ao meio ambiente, igualdade entre os sexos, combate à discriminação de todos os tipos, aquecimento global, emissão de gases e escassez de recursos naturais, entre outras, que não podem ser desprezadas pelos militares.